

Redução de impacto ambiental e na tarifa são atrativos, mas ainda há gargalos a serem resolvidos. Entre eles, custo elevado na instalação, alta carga tributária, ausência de linhas de financiamento de longo prazo, falta de certificação e informação.

Páginas 4 e 5

Je
Jornal do
Engenheiro

Divulgação: Renew Energia

Energia fotovoltaica
é alternativa à geração própria



ISITEC: SUCESSO COMPROVADO

**Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro**
Presidente

QUANDO, EM 2011, o SEESP criou o Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), a ideia era dar realidade às discussões que vinham sendo travadas no âmbito do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. Estava em pauta a necessidade de se formarem mais profissionais qualificados para dar conta dos desafios do desenvolvimento nacional, mas, sobretudo, qual o perfil e as competências que esses quadros técnicos deveriam ter. Na nossa avaliação, construída após inúmeras discussões com a categoria em todo o Brasil, especialistas e representantes do setor produtivo, o engenheiro precisa ir além de uma essencial sólida formação técnica. Ele deve ser capaz de empreender e inovar, independentemente do setor em que esteja atuando, compreender a realidade sociopolítica e econômica à sua volta e no mundo, produzir de forma colaborativa, saber se comunicar e, principalmente, assimilar a ideia da aprendizagem constante e para a vida toda.

O projeto de ensino do Isitec foi, portanto, desenvolvido sob esse prisma; a preocupação em torno desses parâmetros envolveu da infraestrutura ao treinamento e capacitação de professores e funcionários. A proposta é inovar na forma de aprender, fazer com que os estudantes absorvam o conhecimento de fato e tenham noção de seu sentido prático.

Iniciadas as aulas em 23 de fevereiro último, esse modelo vem se mostrando um sucesso. A grade curricular que soma 4.620 horas de carga obrigatória, superior ao exigido pelo Ministério da Educação (MEC), além das matérias exatas e técnicas, inclui disciplinas da área de humanidades que são consideradas essenciais à formação de profissionais e cidadãos completos, como história, sociologia e linguagens. Os 50 estudantes matriculados dedicam-se ainda a atividades extracurriculares. Segundo relatos de discentes e professores (leia a reportagem “Engenharia de Inovação encanta alunos e professores” no **JE 472**), a experiência de lecionar e estudar no Isitec tem sido incrivelmente satisfatória e atingido os resultados planejados. Em vez de se intimidarem frente aos cinco anos em período integral que têm pela frente, os estudantes vivem a aventura incomparável da descoberta e do conhecimento de alto nível. A direção e o corpo do-

Os estudantes vivem a aventura incomparável da descoberta e do conhecimento de alto nível; os professores comprovam na prática a possibilidade de uma forma inovadora de lecionar, sem que se abra mão da qualidade da formação.

cente, por sua vez, comprovam na prática a possibilidade de uma forma inovadora de lecionar, sem que se abra mão da qualidade da formação. Para nós do SEESP, entidade que criou o Isitec e é sua mantenedora, a satisfação de verificar o acerto da nossa decisão e ousadia nesse projeto é extrema. O esforço agora é manter o padrão para que, em cinco anos, tenhamos os primeiros engenheiros de inovação do Brasil aptos a dar a sua contribuição ao País.



JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edison Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil e Deborah Moreira. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Jéssica Silva e Pedro Henrique Santana. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: confira no link <http://goo.gl/yFwIR5>. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotalito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 16 a 31 de maio de 2015. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

ELABORADO A
ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS



Os riscos da terceirização irrestrita à sociedade

Celso Rodrigues

LOGO NESTE INÍCIO de ano fomos surpreendidos com um projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados sem qualquer discussão prévia com a sociedade e cujos efeitos podem modificar profundamente as relações de trabalho no País. O tema tem suscitado muitos debates e, na maioria dos casos, chega-se à conclusão que, se aprovada, a lei causará prejuízos aos trabalhadores, cujos direitos serão seriamente afetados.

Houve grande polêmica quanto às responsabilidades pelos direitos dos trabalhadores que, de acordo com o texto final, é solidária no que se refere às obrigações. Não obstante, analistas demonstram que a terceirização inclusive em atividades-fim aumentará a vulnerabilidade do empregado na relação.

No âmbito sindical, as negociações deverão ser realizadas com as empresas contratadas, e não com a contratante. Isso vai complicar os processos e dissídios, porque uma prestadora de serviços poderá possuir um leque enorme de categorias profissionais, situação esta agravada por grande instabilidade em seu quadro de empregados.

Conclui-se que haverá redução na renda dos trabalhadores assalariados (já prejudicados em suas necessidades nas áreas de saúde, educação, transportes etc.). Paralelamente, pode-se esperar degradação na qualidade da mão de obra e na redução do potencial de consumo dessas pessoas, com consequências já conhecidas.

É impossível haver uma nação próspera e desenvolvida quando a maior parte de sua população é excluída do mercado consumi-

O tema tem suscitado muitos debates e, na maioria dos casos, chega-se à conclusão que, se aprovada, a lei causará prejuízos aos trabalhadores, cujos direitos serão seriamente afetados.

dor. Nesse caso, o País fica mais pobre de uma forma geral, com prejuízo para toda a sociedade. Uma nação será tanto melhor quanto maior for a soma total da renda das pessoas e sua distribuição entre a população. O fundamental é avaliar qual efeito tem a aplicação de uma lei, se piora ou melhora o Brasil sob esses dois aspectos, e ainda averiguar se não possibilita abrir portas para práticas lesivas ao interesse nacional.

Da maneira como está colocada, a terceirização permite que um indivíduo organize uma empresa terceirizando todas as suas funções, transferindo as responsabilidades sociais para as empresas contratadas. Nessa hipótese, toda a sociedade fica exposta a riscos indesejáveis.

Conclusão: a legislação deve ser vista como uma forma de atender aos anseios de toda a nação, e não para defender interesses de grupos específicos. Assuntos com tanta abrangência na vida nacional deveriam ser submetidos a consultas populares ou plebiscitárias, em que a participação dos eleitores teria maior atenção por parte dos legisladores.

Celso Rodrigues é engenheiro, diretor-2º secretário da Delegacia Sindical do SEESP em Campinas



Continua disputa por controle do Porto de Santos

Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

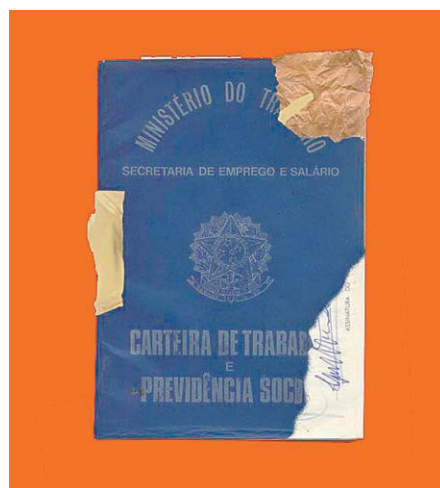
Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!

(11) 99173-0651

(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.



MANDATO MANDANDO

AQUI MANDO EU.



VAMOS VOTAR A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL, AS TERCEIRIZAÇÕES, A PEC DA BENGALA, A CPI DA PETROBRAS E A REFORMA POLÍTICA...



QUEMFORCONTRASE MANIFESTEEQUEMFORAFAVORPERMANEÇAMOESTÁ.



TUDO APROVADO

AH, VAI TE CATAR!

VAMOS VOTAR. QUEMFORCONTRASEMANIFESTEEQUEMFORAFAVORPERMANEÇAMOESTÁ.



APROVADO. O PLENÁRIO DECIDIU: O SR. IRÁ SE CATAR.



PRÓXIMO PONTO. AQUI MANDO EU!



MARINGONI

Instalar painéis fotovoltaicos É OPÇÃO AO C

Deborah Moreira

DESDE 2012, quando entrou em vigor a Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) nº 482, o brasileiro pode gerar sua própria energia elétrica a partir de fontes limpas e renováveis como hidráulica, solar, eólica e biomassa e, além disso, fornecer o excedente para a rede de distribuição de sua localidade, proporcionando economia na conta de luz. Um desses sistemas é o de energia fotovoltaica, que se apresenta como alternativa ao consumidor diante da atual crise no setor. Mas ainda há gargalos a que essa nova matriz deslanche. Tem custo elevado, bem como ausência de linhas de financiamento de longo prazo e juros baixos, alta carga tributária, falta informação e certificação dos equipamentos.

As chamadas micro (com potência instalada menor ou igual a 100kW) e minigeração (superior a 100kW e menor ou igual a 1MW) distribuídas de energia elétrica já se tornaram realidade em países como Alemanha, China, Japão, Reino Unido e Estados Unidos. De acordo com a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), em 2013 havia 140 gigawatts (GW) em energia solar fotovoltaica no mundo, o que equivale a toda a energia elétrica instalada no Brasil. Só os alemães têm 40GW. Aqui, a previsão é de que o número de unidades consumidoras triplique neste ano, alcançando 50GW.

Segundo a Aneel, até março de 2015 existiam em todo o território nacional 534 conexões de microgerações distribuídas,

sendo 500 somente a partir de módulos fotovoltaicos. “A Alemanha detém o maior mercado. Mas alguns países já a superaram em velocidade de instalação, como Reino Unido e Estados Unidos. O Brasil tem um potencial de 150GW só nos telhados existentes”, estima Rodrigo Lopes Savaia, diretor executivo da Absolar.

Os painéis fotovoltaicos, feitos de material semicondutor como o silício, funcionam da seguinte forma: a radiação emitida pelo sol incide sobre as células dos painéis que geram energia elétrica diretamente a partir de um equipamento chamado inversor, que transforma a energia corrente contínua em alternada (esta compatível com a eletricidade da rede).

Apesar de atrativa, instalação de sistema ainda enfrenta gargalos para deslanchar no País.

Os sistemas fotovoltaicos podem estar conectados à rede de distribuição local (*on-grid*), como em uma cidade, ou não (*off-grid*), como ilhas e comunidades isoladas geograficamente. O engenheiro eletricitista Rodrigo Miranda explica que o equipamento só funciona a partir da incidência do sol nos módulos, geralmente instalados nos telhados das casas ou estações. Além disso, há regiões do País cuja incidência solar é mais frequente ao longo do ano. “Cada local é um caso a ser estudado. Não é possível generalizar, como dizer que na cidade de São Paulo, onde há mais áreas de sombra, funcionará menos. Ou dizer que no Nordeste, onde as temperaturas são mais elevadas, será melhor”, diz Miranda, que é um dos sócios da Renew Energia, que atua no interior de São Paulo oferecendo os sistemas. Ele alerta, ainda, que é preciso cuidado na escolha nas grandes cidades, onde há muitas áreas de sombra. “Temos casos em que a solução foi instalar as placas na lateral

Beatriz Arruda



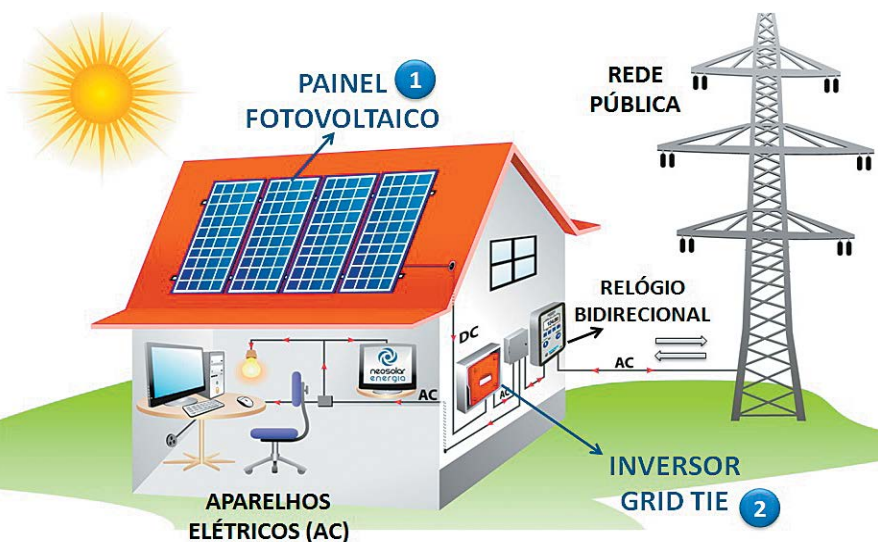
Eduardo Nicol investiu em torno de R\$ 22 mil para se tornar um consumidor de créditos gerados com excedente da energia, que são identificados

de um prédio. Ou seja, é possível buscar soluções”, completa.

Vantagens e dificuldades

Entre os benefícios apontados para quem adota esse sistema está a economia para a distribuidora. Isso porque o mecanismo gera energia para o consumo do imóvel onde está instalado, e o excedente é escoado na rede de distribuição local, contribuindo, assim, com sua sustentabilidade e gerando créditos ao produtor. O sistema de 12 módulos implementado na rede, desde 14 de abril, pelo empresário Eduardo Nicol, de Jundiá, é um exemplo. “Durante o dia, quando há irradiação do sol, é coletada toda a energia necessária para a casa (em torno de 350 a 400kW ao mês). O que não é utilizado é entregue à rede da distribuidora, no caso a CPFL Piratininga, que depois me devolve em crédito de energia que meu sistema injetou”, explica ele, que gastou em torno de R\$ 22 mil para se tornar uma unidade consumidora dessa matriz.

Nicol calcula que em sete anos o seu investimento será pago e começará a obter lucro com os créditos excedentes gerados. Na sua ótica, a maior dificuldade até agora é fazer com que a concessionária entenda que sua residência



Funcionamento do sistema fotovoltaico em uma residência.

CONSUMIDOR GERAR SUA PRÓPRIA ENERGIA



na unidade consumidora, mas teve problemas para receber energia por relógio medidor bidirecional.

também gera energia. Quando a equipe do **Jornal do Engenheiro** visitou sua residência para conhecer o sistema, dois técnicos da CPFL também estiveram no local para verificar uma possível falha no relógio medidor. Em 8 de abril, esse havia sido trocado por outro comum. Mas no dia 14, foi alterado para bidirecional, o qual marca tanto a energia produzida para consumo próprio quanto a injetada na rede da distribuidora. No entanto, após essa mudança, quando a conta chegou, não vieram os créditos gerados pelo equipamento.

Em nota, a CPFL reconheceu que houve “intercorrências na instalação e troca do medidor que levaram a um atraso na efetivação do sistema.” Todavia, disse que se tratou de “um caso pontual, que já está sendo solucionado”. A distribuidora afirma que na área de concessão das oito distribuidoras do Grupo CPFL Energia operam atualmente mais de 30 ligações de microgeração distribuída sem registro de problemas e está preparada para receber novos projetos com segurança.

“Todo o processo levou quase três meses, ultrapassando o prazo regimental de 60 dias (de acordo com a Resolução 482). Agora, vamos esperar a próxima conta para ver se o problema foi sanado”, diz Nicol, que aposta

na inovação também no sentido de reduzir as emissões de gás carbônico.

Esse foi o motivo que levou o engenheiro Agnaldo Cardoso, de Carapicuíba (SP), a optar pelo sistema fotovoltaico. “Buscava uma solução que fosse mais econômica e melhor do ponto de vista ambiental”, explica. No seu caso, são 15 placas instaladas no telhado de sua casa, com potência para gerar 470kWh mensalmente. Porém, até agora ele não conseguiu ter seu sistema interligado – cujo pedido foi feito em 2 de fevereiro. De acordo com a AES Eletropaulo, faltam adequações técnicas do sistema implantado pela Solstício Energia. Tal empresa confirmou o recebimento da correspondência por e-mail e que enviou a documentação solicitada no dia 27 de março. “Só depois que perdemos o prazo é que tomamos conhecimento de que a Eletropaulo não aceita a documentação por e-mail. Devíamos ter ido pessoalmente em um posto de atendimento e aberto novo pedido.”

Outros desafios

A adequação técnica que falta é a certificação do aparelho inversor, feita obrigatoriamente pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), conforme Portaria 357/2014. Tal órgão foi comunicado tanto pela Absolar quanto pela Aneel sobre a dificuldade que os fornecedores do equipamento estão tendo para acessar os serviços de laboratório “em razão de a oferta ser insuficiente para atender a demanda crescente do setor produtivo”. “Não houve prazo suficiente para a certificação dos principais inversores de energia solar do mercado, principalmente por existir apenas um laboratório no Brasil capaz de realizar a certificação, ainda assim em um alcance de potência somente até 6kW”, afirma a empresa BlueSol em seu site (confira sua posição a respeito em <http://goo.gl/uGWdj5>).

“A Aneel está ciente desse problema e vem interagindo com o Inmetro desde o início do ano para obter uma solução”, explica em nota a agência reguladora. Esse órgão, assim como a Absolar, assegura que será publicada nos próximos dias uma portaria complementar que designa mais laboratórios para a realiza-

ção dos ensaios e suspende, temporariamente, a obrigatoriedade de cumprimento das disposições da Portaria 357/2014 até que a situação se normalize. A nova proposta prevê que a exigência de certificação pelo Inmetro passe a valer a partir de 1º de junho de 2016.

O diretor executivo da associação enfatiza ainda a necessidade de redução na carga tributária na geração de energia. Após pressão do setor, em meio a um cenário de crise, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) isentou, ao final de abril último, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) os consumidores que produzem e enviam energia à rede de abastecimento. A decisão oficializa os descontos já concedidos por São Paulo, Pernambuco e Goiás e estende essa possibilidade a outros destinos. “Agora, estamos esperando que o ministro de Minas e Energia cumpra com a palavra quando disse que, caso os estados optem pela isenção da cobrança do ICMS, o governo federal também isentará os impostos que incidem na geração de energia, no caso o PIS e o Confins”, completa Sauer.

Mais informações:

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
<http://goo.gl/ixudjU>

Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica
<http://www.absolar.org.br/>



Imagem aérea do sistema instalado no telhado de casa em Jundiaí (SP) pela Renew Energia.



Carreira de Estado para engenheiros pode ser votada ainda neste semestre

Soraya Misleh

A CATEGORIA CONTA COM importante aliado em sua luta para ter finalmente aprovado o Projeto de Lei da Câmara 13/2013 – que institui a carreira de Estado para engenheiros (inclusive agrônomos) e arquitetos que ocupam cargo efetivo nos serviços públicos federal, estadual e municipal: o senador Paulo Paim (PT-RS). Com o compromisso de posicionar-se favoravelmente ao PL e, portanto, contra o recurso que impediu que seguisse para sanção presidencial em novembro último (*veja quadro*), ele aposta na votação no Plenário dessa Casa ainda antes do recesso de julho próximo.

Incluída na ordem do dia inicialmente em 19 de dezembro e reiteradamente desde final de março em sessão deliberativa, a matéria contudo vem tendo adiada sua apreciação. “Minha opinião é que há alguma obstrução por parte de setores da base do governo, mas vou tentar na próxima semana conversar com o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) no sentido de que se resolva essa questão de uma vez por todas e aí inclusive apresentarei meu voto.” Paim reconhece que pode haver diferenças inclusive em seu próprio partido. E reitera: “Meu voto em nenhum momento foi orientado para ser contra o projeto. Já sabem a minha posição.”

Favorável ao projeto, ele esclarece que votou contra na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado unicamente “por um desencontro com o relator Romero Jucá (PMDB-RR), mas já havia votos suficientes para aprová-lo (*foram oito em defesa do PL e seis em oposição a ele*)”. E relata: “Conversei muito com engenheiros do Rio Grande do Sul, recebi-os em meu gabinete em Canoas e assumi esse compromisso que fortalece esse ator tão importante da economia brasileira.”

Paim dá a dica: o caminho para destravar a matéria é intensificar a mobilização no Legislativo. E se dispõe a colaborar nessa direção: “Convido os engenheiros a virem aqui em comitiva. Comprometo-me a dialogar no Congresso no sentido de agilizar a aprovação. A gente marca uma audiência com o Presidente do Senado para que a matéria seja votada.”

Garantir esse resultado “depende da ação das entidades”, enfatiza o diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antonio Augusto de Queiroz, o Toninho, que também identifica resistências no Congresso. “É preciso fazer pressão junto ao Presidente da Casa para que coloque em votação e simultaneamente se rejeite o recurso no Plenário. Daí o PL seguirá para sanção presidencial.”

Valorização profissional

A aprovação do PL 13/2013, que determina tais carreiras como exclusivas e essenciais de Estado ao acrescentar parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, fortalece o papel dos engenheiros no setor público, com impacto sobre a demanda por remuneração justa e melhora das suas condições de trabalho. “Tenho muita clareza da importância desse projeto, que vai valorizar uma categoria que é a mola mestra do desenvolvimento socioeconômico do País”, afirma Paim. Concepção que vai ao encontro do que propugna o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) em 2006 e atualizado desde então.

Como frisou Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente dessa entidade nacional

e do SEESP, em reportagem publicada no **Engenheiro 151** de dezembro de 2014 sobre o tema, “a falta de valorização profissional dificulta a consolidação desse cenário e para reverter tal quadro, a aprovação do projeto é fundamental. A introdução da carreira de Estado para engenheiros é uma forma de dotar as administrações públicas dos profissionais necessários ao desempenho de suas atividades, seguindo exemplos como o da China, cuja expansão econômica vem sendo marcante, que mantém no setor público grande contingente desses profissionais”.



Toninho, do Diap: destravar a matéria no Legislativo depende de mobilização, já que há resistências no Parlamento.

Histórico

De autoria do deputado federal José Chaves (PTB-PE), o Projeto de Lei da Câmara nº 13 foi apresentado em 16 de abril de 2013. Objeto de audiências públicas naquela Casa, em que a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) esteve presente, havia sido aprovado em 7 de agosto do mesmo ano na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, com relatoria da senadora Ana Amélia (PP-RS). Antes, em 15 de julho, os dirigentes da federação puderam destacar a relevância da matéria em reunião com essa parlamentar. O tema foi também objeto de correspondência enviada em 12 de agosto de 2013 à presidente Dilma Rousseff, na qual a entidade salientava a importância de se valorizar os engenheiros brasileiros – o que foi reiterado pela FNE e sindicatos

a ela filiados, entre os quais o SEESP, junto aos diversos candidatos a cargos majoritários nas últimas eleições gerais. “É preciso dar esse passo fundamental para a organização do Estado e da mão de obra imprescindível ao seu funcionamento”, disse à época Murilo Pinheiro, presidente desse sindicato e da FNE.

Em 5 de novembro último, o projeto foi aprovado por oito votos a seis na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Seguiria direto para sanção presidencial, o que não ocorreu devido à interposição de recurso pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) na tarde do dia 14 daquele mês, ao final do prazo para se ingressar com tal requerimento. A FNE então solicitou que esse parlamentar voltasse atrás, mas não foi atendida.



Senador Paulo Paim: “Comprometo-me a dialogar no Congresso no sentido de agilizar a aprovação.”

Waldemir Barreto/Agência Senado

De olho no mercado



Eventos esportivos de 2016 aquecem engenharia civil

A consultora de carreiras da Catho – site brasileiro de classificados de emprego –, Elen Souza, avalia que os eventos esportivos mundiais de 2016, a se realizarem no Brasil, devem alavancar obras de infraestrutura, gerando maior procura por engenheiro civil. Ela adianta ainda que o mercado tem demonstrado forte interesse por esses profissionais também nas áreas de serviços, bens de consumo e de capital, varejo, telecomunicações e agronegócio. “A engenharia é uma das áreas que gera maior expectativa, por estar presente direta e indiretamente nos mais diversos setores, e é consi-

derada um dos segmentos mais tradicionais do mercado de trabalho”, analisa.

Apesar de o mercado não estar muito aquecido no momento, Souza considera fundamental que os profissionais da categoria invistam em qualificação e na expansão de suas experiências para se destacarem e ser contratados. Por isso, afirma que uma boa aposta é a realização de uma pós-graduação ou especializações no segmento de interesse, “pois quanto mais capacitado for o profissional, mais bem visto pelos recrutadores ele é”. Outra recomendação da consultora é o aprimoramento no nível de inglês e ter um bom relacionamento interpessoal, “qualificações que ajudam no desenvolvimento de soluções para melhorar o dia a dia das pessoas e empresas, sendo consideradas diferenciais nos dias de hoje”.

Dicas

Souza dá algumas dicas aos profissionais que pretendem alavancar sua carreira:

- Identifique suas habilidades;
- busque informações: fale com um profissional da área, faça pesquisas na internet sobre as atividades desenvolvidas, remunerações etc.;
- invista em qualificação profissional para atuar na área escolhida, em seu *networking*, e aumente sua rede de relacionamento incluindo profissionais do segmento pretendido. O *marketing* pessoal é uma importante ferramenta para qualquer profissional.

Marco Antônio Teixeira / Casa Digital



Parque Olímpico da Barra, no Rio, construído para jogos olímpicos e paraolímpicos.

Qualificação



Pesquisa em modelagem e simulação de empresas

O Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), está selecionando candidatos interessados em participar de um projeto de pesquisa aplicada, nas áreas de modelagem e simulação computacional de sistemas organizacionais. Os candidatos estarão sob as seguintes condições: bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na modalidade de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial e Programa de Capacitação Institucional (DTI/PCI), e período integral. O perfil procurado é o de mestre com até cinco anos de titulação, bons conhecimentos nas áreas de modelagem matemática, simulação computacional e/ou tratamento estatístico de dados e graduação ou mestrado nas áreas de Engenharia de Produção, Estatística, Matemática, Tecnologia da Informação (TI). Os interessados devem enviar currículo para o e-mail marco.silveira@cti.gov.br.

Como conseguir a tão sonhada vaga de estágio

O estágio é a primeira oportunidade que o estudante tem para atuar na área que escolheu, colocando em prática o que aprendeu na faculdade, trocar experiências e desenvolver habilidades exigidas pelo mercado de trabalho. As condições para concorrer às vagas diferem, mas normalmente buscam-se estudantes que tenham conhecimentos em outro idioma, sobretudo o inglês, domínio no pacote Office (Excel é muito solicitado) e disponibilidade de horário (período matutino ou vespertino).

Devido à grande concorrência, é importante se preparar para as etapas do processo seletivo. A seguir, algumas dicas do setor de Oportunidades e Desenvolvimento do sindicato:

- Reúna informações sobre a empresa, como seus valores, serviços, história etc.;
- entenda como funciona o processo seletivo;
- prepare-se para fazer testes psicológicos, de lógica, conhecimentos gerais, idiomas e redação;
- saiba quais são suas habilidades, pontos fortes e dificuldades;
- faça um currículo adequado ao mercado, evidencie conhecimentos acadêmicos, atividades extracurriculares, cursos de aperfeiçoamento, trabalhos voluntários;
- atenção à apresentação pessoal. Procure vestir roupas sociais ou esporte fino.

A área de Oportunidades do SEESP oferece serviços que podem ajudá-los também nesse momento. Entre em contato pelos telefones (11) 3113-2674/2669/2666 ou e-mail oportunities2@seesp.org.br.

Programa de eficiência energética

O SEESP, por intermédio do Programa Engenheiro Empreendedor, oferece o curso sobre eficiência energética nos dias 23 e 30 deste mês. Destinado a engenheiros, assessores políticos, gerentes, supervisores, arquitetos, entre outros, o objetivo é identificar, planejar e executar ações referentes à redução de custos de energia e sustentabilidade de uso

de água em hotéis, indústrias, *shopping centers*, condomínios, hospitais, estádios, agropecuária, centrais de computadores e outros que utilizam energia elétrica e térmica, com aplicabilidade em projetos novos, antigos ou em construção. Sócios do SEESP pagam R\$ 293,00; demais, R\$ 376,00. Inscrições em <http://goo.gl/5g5N2Z>.





Negociação com a Prefeitura de São Paulo

Ainda não houve proposta de consenso nas negociações entre engenheiros e arquitetos e a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSp) pela reestruturação de carreira das duas categorias. O governo municipal apresentou uma tabela com os novos níveis salariais, que passam dos atuais 13 para 17, com retroatividade para abril de 2015. Todavia, os valores, sendo o inicial de R\$ 6.698,94, não levam em conta a reposição da inflação do período de oito anos desde 2007 e já em 2016 os vencimentos ficam defasados em relação ao piso determinado pela Lei 4.950-A/66 para jornada de oito horas diárias. O SEESP defende uma nova proposta para abranger o maior número de servidores, especialmente os mais antigos, que formam a maior parte do quadro desses profissionais.

CNTU participa do III Congresso Internacional de Direito Sindical

A vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), Gilda Almeida, participou, acompanhada da assessora jurídica da entidade, Silvia Martins, do III Congresso Internacional de Direito Sindical, em Fortaleza (CE), de 6 a 8 de maio. Foram analisados os impactos da crise econômica sobre o uni-

verso do trabalho, que trouxeram consequências para as organizações sindicais.

1º de maio

Os profissionais congregados na CNTU – entre os quais os engenheiros – realizaram em 1º de maio uma passeata pelas avenidas de Natal (RN). A ação no Dia do Trabalhador visou chamar a atenção da população e das autoridades

para os perigos do Projeto de Lei 4.330, que tramita no Congresso Nacional e possibilita a terceirização inclusive em atividades-fim. O presidente da CNTU, Murilo Pinheiro, que também está à frente do SEESP, participou da manifestação. “Não podemos abrir mão das conquistas da CLT (*Consolidação das Leis do Trabalho*). Merecemos respeito e trabalho honesto”, conclamou.

Paula Bortolini



Profissionais liberais se manifestam nas ruas de Natal (RN) contra projeto que precariza relações de trabalho no País.

Adeus a Jurij Solski

Beatriz Arruda



Solski na posse da diretoria do SEESP, gestão 2014-2017, em março do ano passado.

O SEESP lamenta o falecimento do engenheiro de tráfego e amigo Jurij Solski, 82 anos de idade, no dia 5 de maio último. Ele foi um dos fundadores da delegacia da entidade no Grande ABC e, atualmente, era diretor estadual adjunto. Em 1999, coordenou o Comitê de Inspeção Técnica Veicular (ITV) no Conselho Tecnológico do sindicato. Solski era um grande estudioso e defensor das boas práticas no trânsito e a sustentabilidade. Em 2009, fez o trabalho “Inspeção técnica veicular de segurança, gases tóxicos e ruído”, em que tratava da tecnologia relativa ao tema, que envolve conhecimentos de engenharia especializada.

Na luta por reajuste e valorização profissional

Comissão da Associação dos Engenheiros Estatutários do Estado de São Paulo (Assengesp) foi recebida pelo vice-presidente do SEESP, Celso Atienza, em 30 de abril último, na sede do sindicato, na Capital. O grupo luta, há dez anos, por reajuste salarial e valorização da carreira nas várias secretarias e órgãos do governo paulista. Para tanto, a associação pleiteia abertura de negociação com os secretários estaduais Arnaldo Jardim (Agricultura) e Duarte Nogueira (Transportes).

Na reunião, os profissionais reforçaram a importância de minuta de anteprojeto de lei com-

Jessica Silva



Engenheiros estatutários entregam ao sindicato minuta de anteprojeto de reclassificação de quatro categorias profissionais.

plementar relativo à reclassificação dos vencimentos dos engenheiros, com 11 artigos, elaborada pela associação e pelo ex-secretário estadual de Gestão Pú-

blica, Davi Zaia. O documento, informou a comissão da Assengesp, foi entregue ao governador Geraldo Alckmin há um ano e até agora não houve retorno.

II Seminário sobre concessões e PPP acontece no Isitec

O cenário das parcerias público-privadas (PPPs) no Brasil será discutido com a participação de especialistas no “II Seminário sobre concessões e PPP: Fundamentos, marco regulatório e a nova matriz para investir e financiar projetos de infraestrutura no Brasil”, que acontece de 19 a 22 de maio na sede do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), em São Paulo (Rua Martiniano de Carvalho, 170, Bela Vista). O evento dá continuidade à parceria entre o Isitec e a Fundação Instituto de Pesquisas

Econômicas (Fipe), cujo objetivo é aumentar o nível de entendimento sobre o assunto e qualificar profissionais interessados ou envolvidos no tema.

Serão três dias de aula e um painel de debates ao final. Entre os temas discutidos, os marcos conceitual, regulatório vigente e operacional e os desafios para financiar projetos de infraestrutura. Programação completa em <http://goo.gl/2pYbpt>. Inscrições no [link https://goo.gl/81wHBV](https://goo.gl/81wHBV). Valores: participação presencial, R\$ 600,00; via internet, R\$ 350,00.